Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Socialismo com Democracia:

A Fundação do Partido Socialista Brasileiro - 1947

Herbert Gler Mendes dos Anjos

Monografia de Graduação
Brasília, dezembro de 2011

Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Socialismo com Democracia:

A Fundação do Partido Socialista Brasileiro - 1947

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de licenciado em História, sob a orientação da Prof.ª Dra. Lucília de Almeida Neves Delgado. Banca examinadora composta pela Prof.ª Dra. Ione de Fátima Oliveira e pela Prof.ª Dra. Eloísa Pereira Barroso. Data da Defesa: 14/12/2011.

Herbert Gler Mendes dos Anjos

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

CEDP – Centro de Estudos e Defesa do Petróleo

CNOP – Comissão Nacional de Organização Provisória

ED – Esquerda Democrática

GRAP – Grupo Radical de Ação Popular

LCI – Liga Comunista Internacionalista

PCB – Partido Comunista do Brasil

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

UDS – União Democrática Socialista

UNE – União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – União Socialista Popular

RESUMO: Esta monografia tem o objetivo de analisar a fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e suas propostas que objetivavam a construção de um projeto socialista compatível com os valores da democracia clássica. A análise acerca da fundação do partido está relacionada com o contexto de crise do Estado Novo e com a redemocratização que marca o retorno dos partidos políticos a vida pública brasileira. É nesse contexto que alguns grupos e correntes socialistas e liberais perceberam a necessidade da criação de uma agremiação política de esquerda que compatibilizasse os valores da igualdade com a liberdade, proposta distinta dos partidos políticos esquerdistas, frequentemente autoritários. Através da análise dos programas e dos manifestos dos grupos formadores do PSB, em especial a Esquerda Democrática (ED) e a União Democrática Socialista (UDS) buscamos evidenciar quais os ideários e concepções que embasaram o posterior PSB. Por fim, a pesquisa se orientou para a análise do programa do PSB e para a análise histórica das proposições e atuações políticas do partido no período compreendido entre 1945-1964, focalizando as formas como o PSB concebeu seu projeto democrático em relação ao parlamento e à democracia interna ao partido e como, no contexto pós-segunda guerra, a questão nacional e o nacionalismo foram compreendidos pelo partido.

PALAVRAS-CHAVE: Partido Socialista Brasileiro, Socialismo, Democracia Clássica, História Política, Partidos Políticos, História das Esquerdas no Brasil.

SUMÁRIO

Introdução 6

Capítulo 1 - Os Partidos Políticos e a Redemocratização 8

Capítulo 2 – A Esquerda Democrática e a origem do PSB 17

Capítulo 3 – O PSB: Socialismo com Democracia 30

Considerações Finais 44

Referências Bibliográficas 45

INTRODUÇÃO

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) é objeto de pesquisa dessa monografia. O enfoque está situado na sua fundação e nas suas proposições de compatibilização do socialismo com a democracia.

A escolha sobre este tema está relacionada à preocupação sobre as dificuldades históricas de construção de experiências socialistas que frequentemente enfatizaram as questões em relação à igualdade em detrimento de questões relativas à liberdade e a participação política daqueles que deveriam se beneficiar dessas experiências. A questão da democracia ficou especialmente evidenciada com o colapso dos regimes expoentes do "socialismo real", já que a falta desse valor, entendido em seu sentido clássico, seria um dos fatores responsáveis pelo fracasso dessas experiências. Desde então, a relação dos projetos socialistas e das esquerdas com a democracia clássica tem sido analisada com desvelo.

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) é um exemplo de partido de esquerda que tentou conciliar as suas propostas de igualdade com proposições da democracia clássica que destacam valores da liberdade política e civil. Esse fato é peculiar no contexto histórico em que o partido foi fundado, marcado, segundo alguns autores, por uma cultura política autoritária, onde a democracia clássica era subvalorizada e os projetos autoritários à esquerda à direita rondavam a frágil democracia política brasileira fundada após o fim do Estado Novo.

A pesquisa para a produção da monografia foi basicamente bibliográfica, incluindo livros sobre: história do Brasil república, história dos partidos políticos, história do Partido Socialista Brasileiro, textos sobre memória das lutas socialistas no Brasil e finalmente escritos sobre as esquerdas na transição do Estado Novo para o período democrático de 1945 a 1964. Também foi bastante utilizado o **Dicionário histórico-biográfico do CPDOC/FGV**.

A monografia foi estruturada com os seguintes capítulos:

Capítulo I: Versa sobre o processo de derrocada do Estado Novo e sobre a transição controlada que marcou a redemocratização. Também analisa a formação dos partidos políticos mais expressivos da nova república.

Capítulo II: Trata dos grupos heterogêneos que se agruparam para formar o PSB. Enfatiza as diferentes origens, experiências e projetos socialistas que se compatibilizaram para formar o partido.

Capítulo III: Diz respeito à análise do programa do PSB de algumas das principais experiências políticas no período de 1947-1965 buscando analisar alguns aspectos importantes do projeto socialista do PSB.

Cabe esclarecer que a ideia nuclear que orientou toda a monografia é a de que o Partido Socialista Brasileiro (PSB) apresenta forte diferenciação em relação aos demais partidos. Essa diferenciação que marcou a história do PSB refere-se à convicção da maioria dos seus membros de ser possível construir a igualdade social em conjunto com a liberdade da democracia política em seu modelo clássico.

PARTIDOS POLÍTICOS E REDEMOCRATIZAÇÃO

> *Delineada já em 1943, no horizonte da guerra, a derrota do eixo, sentiu Vargas a necessidade de preparar-se para arrostar novos acontecimentos. Nesse mesmo ano, em outubro, um fato advertiu-o que os sucessos políticos ameaçavam escapar à manipulação exclusiva de sua autoridade. Foi o Manifesto dos Mineiros. Intelectuais e políticos de Minas Gerais reivindicaram a democratização e consectários do governo constitucional como completa liberdade de expressão.*[1]

Com a Segunda Guerra Mundial se encaminhando para o fim, o Estado Novo começou a perder seus sustentáculos. Afinal, para os intelectuais e elites opositoras do período, o regime autoritário entrou em contradição ao apoiar os países que defendiam os preceitos democráticos, já que este regime tinha nítidas afinidades ideológicas com o nazi-fascismo. Essa situação de contradição da política externa levou a um crescente de manifestações e questionamentos das bases do governo, dos quais o exemplo mais importante é o manifesto dos Mineiros de 1943, lançado por intelectuais liberais e de esquerda que exigiam a liberalização do regime. A radicalização desse movimento de contestação se deu em 1945, com as manifestações de grupos de estudantes e de setores da imprensa a favor da redemocratização. Havia uma expressiva corrente da opinião pública que postulava a saída democrática para a resolução dos problemas dos povos. As palavras de ordem do período passam a ser redemocratização, participação popular e reformas sociais[2]. É interessante notar que essa corrente contrária ao Estado Novo, apesar dos ventos favoráveis à redemocratização, é de extração social limitada e numericamente reduzida, basicamente formada por empresários, bacharéis, militares de alta patente – principalmente Aeronáutica – e por segmentos intelectualizados comprometidos com os princípios liberais[3]. Havia também reduzidos segmentos de esquerda, duramente reprimidos durante o Estado Novo, que propugnavam pela volta das liberdades democráticas.

---

[1] LIMA, Hermes. **Travessia:** memórias. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974, p. 141.
[2] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros.** 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 65.
[3] DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e Frentes Parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 131-132.

Getúlio Vargas percebeu o clima geral que caracterizava as relações internacionais, bem como os novos ventos que sopravam na política nacional e cedeu às pressões, realizando um amplo processo de aprovação de medidas com vistas à liberalização do regime. Era intenção de Getúlio e de seus seguidores, que fizeram carreira na burocracia estado-novista, manter algum controle sobre o poder conquistado na década de 1930. Decorre desse interesse a necessidade de administrar de perto o processo de redemocratização e influenciar ao máximo os seus rumos. Para os getulistas, a redemocratização deveria acontecer com o mínimo de rupturas possíveis e se estabelecer a partir de uma estratégia de conciliação, um verdadeiro pacto.

As contradições que marcaram o processo de redemocratização são notáveis. Apesar das mudanças ocorridas na politica nacional durante aqueles anos, os acontecimentos que se sucederam não inviabilizaram a continuidade em relação ao mercado econômico e à manutenção da estrutura corporativista no movimento sindical. O período que se iniciou foi marcado pela revalorização das ideias liberais. Mesmo assim, os sindicatos se mantiveram atrelados ao Estado como no regime autoritário anterior. A tônica dessa mudança era paradoxal, marcada fortemente pelo conservadorismo, o que implicava na sua realização pelas elites, com o menor número de modificações substanciais possíveis, caracterizando uma verdadeira transição pelo alto e um processo de continuidade na transformação[4].

Outro fator relevante para explicar o conservadorismo dessa transição foi a grande expressão e adesão adquirida pelo projeto varguista junto às massas trabalhadoras. As correntes contrárias ao varguismo, como já nos referimos, eram em sua maioria oriundas das classes médias e setores elitizados e, obviamente, suas demandas não contemplavam amplos setores de trabalhadores nacionais. Esta população foi, durante os anos do Estado Novo, beneficiada por conquistais materiais e simbólicas proporcionadas pelo projeto trabalhista e permaneceu em alerta frente às repentinas e agitadas mudanças que marcaram a conjuntura do ano de 1945. Essa vigilância ocorreu devido à necessidade de defender o modelo nacionalista e a política trabalhista implementada por Vargas.

[4] DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e Frentes Parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 131.

Desses anseios surgiu o movimento Queremista, contando com apoio da burocracia estado-novista e objetivando a manutenção das conquistas trabalhistas. A principal bandeira do movimento era a defesa da continuidade de Vargas no poder, pelo menos até a realização da Assembleia Nacional Constituinte, pois:

> *Mantendo o país sob o comando do "pai dos pobres" por mais algum tempo, argumentavam os "queremistas", poderiam ser alcançadas significativas conquistas sociais na nova Constituição.*[5]

Esse movimento foi igualmente apoiado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) que, alinhado com a política externa da União Soviética, seguiu suas diretrizes. Essas indicavam expressamente aos partidos comunistas o apoio irrestrito aos governos que lutaram ao lado dos aliados contra o nazi-fascismo, independente do fato de serem democracias ou ditaduras. Assim, o partido que sofreu a maior perseguição durante o Estado Novo lançou seu apoio à Getúlio e a sua permanência até a Constituinte.

> *No correr de abril, pela graça da anistia, centenas de presos políticos reingressaram na vida civil e partidária, inclusive os comunistas. Marcadas as eleições para 2 de dezembro de 1945, da campanha presidencial participaram três candidatos, o General Eurico Gaspar Dutra, cognominado pela literatura política oficial de condestável do Estado Novo, o brigadeiro Eduardo Gomes e o engenheiro Iedo Fiúza. Formalizados os requisitos legais do processo de redemocratização, organizaram-se os partidos que dominaram a cena nacional até a revolução de 1964.*[6]

Vargas decretou anistia aos presos políticos em abril de 1945 e convocou para o final do ano o pleito presidencial e as eleições para os representantes da Assembleia Constituinte que iria redigir a nova carta constitucional do país[7].

As medidas mais importantes para garantir o almejado controle sobre o processo de redemocratização se deram no plano da organização partidária. No mesmo decreto que marcava as eleições houve o estabelecimento dos parâmetros da organização dos novos partidos políticos. De acordo com esse decreto, os partidos deveriam ter abrangência nacional,

---

[5] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros.** 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 70.
[6] LIMA, Hermes. **Travessia:** memórias. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974, p. 142.
[7] MOTTA, Rodrigo Patto Sá, op. cit., p.66.

obtendo apoio de pelo menos 10 mil eleitores distribuídos em cinco ou mais estados. Essa medida surgiu a partir do temor da emergência de uma configuração política parecida com aquela da República Velha, composta por partidos regionais de base oligárquica. A legislação adotada pela primeira vez deu origem a partidos de abrangência efetivamente nacional, um fato verdadeiramente novo na República.

Com a lei Agamenon Magalhães os partidos que há quase 10 anos estavam ausentes da vida pública voltaram a se organizar e a ocupar o cenário nacional. Notemos que mesmo em declínio, Vargas acabou fornecendo o eixo inicial da política do período democrático ao influenciar diretamente na formação de dois dos três partidos mais representativos da nova República. Apesar do pluralismo instituído pela lei Agamenon, é a polarização e a competição entre as forças de inspiração getulista e suas adversárias que caracterizaram a política nacional do período.

Na cena política nacional se destacariam o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), O Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Segundo Lucília Neves de Almeida Delgado:

> *Esses partidos formaram uma estrutura triangular de poder e de disputa pelo poder. Todavia, durante os treze primeiros anos de sua existência, representaram duas forças nítidas e opostas que atuavam no cenário da vida nacional: o getulismo, incorporado e defendido principalmente pelo PTB, mas também apoiado pelo PSD, embora com menor ênfase e com estratégia peculiar; e o antigetulismo, que fez da UDN seu principal ancoradouro e baluarte.*[8]

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi formado a partir das bases sindicais urbanas, da burocracia sindical e do funcionalismo público vinculado ao Ministério do Trabalho. Foi o partido de maior identificação com o varguismo no período e, inclusive, seus militantes e colaboradores objetivavam dar continuidade a esse legado através da defesa intransigente da permanência da legislação trabalhista na ordem democrática. Outro grande objetivo do PTB consistiu em limitar o crescimento do PCB junto à classe trabalhadora.[9]

---

[8] DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e Frentes Parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 131-132.

[9] DELGADO, Lucília de Almeida Neves, op. cit., p. 141.

O PTB foi o partido que apresentou o programa de maior definição em termos de propostas no período, incluindo proposições de cunho social e questões de ordem política e econômica. Apesar da definição programática e da ligação umbilical com o legado varguista o partido apresentou grande fragmentação regional, sendo mais forte em estados como Rio de Janeiro e Amazonas do que em São Paulo, onde havia o mais expressivo contingente proletário do país. Na época de sua fundação, foi o partido que teve maior dificuldade em cumprir as exigências da lei Agamenon para garantir seu registro. Não obstante, foi o partido do período de 1945-1964 que obteve o maior crescimento, devido a já citada aproximação com as demandas da população trabalhadora brasileira, tanto urbana quanto rural.[10]

O crescimento do PTB não se deu isento de dificuldades e atribulações. A UDN, seu principal adversário, não deixa de vincular na imprensa acusações que aproximavam o PTB e seus líderes do peronismo, da pretensa implantação de uma República sindicalista no Brasil ou mesmo do comunismo. Após várias divergências entre as tendências do partido, o PTB escolheu apoiar o candidato Eurico Gaspar Dutra, lançado pelo PSD, nas eleições de 1945. O apoio de Vargas à Dutra foi fundamental para efetivar a aliança eleitoral entre PSD e PTB.[11]

Outro partido de esquerda representativo no período é o Partido Comunista do Brasil (PCB). É a partir da redemocratização que esse partido viveu sua fase de maior prestígio e notoriedade. Como já foi referido, o PCB apoiou o movimento queremista, pois este apoio fazia parte das diretrizes internacionais impostas pela URSS no imediato pós-guerra. Inclusive, parte da expansão do PCB se deve ao prestígio da URSS, como aponta Rodrigo Patto:

> *Parcelas expressivas da opinião pública mundial tornaram-se simpáticas aos ideais reformistas e de esquerda, situação em parte decorrente do enorme prestígio alcançado pela União Soviética, identificada corretamente como principal responsável pela vitória aliada sobre os exércitos nazistas.*[12]

---

[10] DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e Frentes Parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 142.

[11] DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB:** do getulismo ao reformismo (1945-1964). 2 ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 65.

[12] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros.** 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 74.

Em relação aos partidos que tiveram atuação durante os anos de 1945 a 1964, o PCB é aquele que apresentou maior número de características divergentes em relação aos preceitos e práticas da democracia liberal, explicadas devido a sua formação anterior. O partido foi fundado em 1922, por ex-anarquistas que se aproximaram do marxismo-leninismo, como consequência direta da Revolução Bolchevique de 1917 e da efervescência política dela decorrente. Essa origem teve como desdobramento a forte vinculação do PCB com o internacionalismo e com a ideologia marxista, já que este surgiu objetivando se tornar o partido que representaria os interesses da classe operária no Brasil, tendo como finalidade última a condução do proletariado brasileiro à revolução socialista. O Partido Comunista atuou de forma clandestina no período da primeira República e sofreu dura repressão durante o Estado Novo, especialmente após o levante de 1935, quando grande parte de seus líderes foram presos, exilados ou mortos. Curiosamente, o PCB talvez tenha sido o primeiro partido de base efetivamente nacional a atuar na primeira república.

Rodrigo Patto de Sá Motta aponta a exploração da imagem de Luís Carlos Prestes, identificado como um líder popular martirizado pelo Estado Novo, como um dos elementos que também influenciaram no sucesso do PCB durante a redemocratização. A conjuntura favorável propiciou um crescimento formidável em números de militantes inscritos, que em 1946 ultrapassou os 100.000 inscritos, e em resultados eleitorais. As eleições presidenciais de 1945 garantiram o quarto lugar ao desconhecido candidato do PCB, Yedo Fiúza, com 9,7% dos votos e a eleição do Senador Luís Carlos Prestes. Nessa conjuntura, o PCB, além da militância histórica atraiu também expressivos setores da classe média, como escritores e também militares. A título de exemplo, destacaram-se Jorge Amado, Graciliano Ramos, Cândido Portinari e Oscar Niemeyer na área cultural e Nelson Werneck Sodré no setor militar.

Porém, essa fase de expansão e consolidação do PCB durou pouco. Em 1947, ano dos movimentos iniciais da Guerra Fria, o PCB teve seu registro cassado. Posteriormente, também foram cassados os mandatos de seus parlamentares legalmente eleitos. Para o partido da classe operária começava outro longo período de clandestinidade.

O Partido Social Democrático (PSD) foi fundado a partir do movimento dos interventores do Estado Novo, de alguns segmentos das classes médias e de representantes das oligarquias rurais durante a redemocratização. Provavelmente é este o partido que melhor

encarnava o ideal de permanência na mudança, pois o PSD se formou quase como "Partido da ordem", vinculado aos interesses das elites que não queriam perder o poder adquirido no Estado Novo. Sua origem ligada à estrutura governamental do Estado garantiu-lhe o domínio da máquina administrativa pública e de uma vasta rede clientelística, ambas de suma importância para as posteriores vitórias eleitorais que o PSD logrou no período. Sua fama de partido fisiológico e pragmático, interessado na manutenção e ampliação do poder, aberto a negociações, alianças e ao diálogo com diversas correntes políticas rendeu a alcunha de "raposas" aos seus políticos. Nas eleições de 1945, o PSD lançou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra que apoiada por Vargas, alcançou a vitória.

Inicialmente, devido à filiação em comum ao legado varguista, o PSD foi aliado do PTB no nível executivo e legislativo. O partido sofreu acirradas críticas da UDN devido à sua postura pragmática, incompatível com o moralismo e a pregação liberal udenista. Essa incompatibilidade, surgida no bojo da redemocratização, é assim descrita por Hermes Lima:

> *A rigor, o PSD vinha do governo, tinha raízes mais fundas no interior e no meio rural, ligava-se umbilicalmente ao statu*[13] *quo e lhe atribuíam inesgotável empirismo realista na manipulação dos sucessos políticos, ao passo que a UDN, partidária de Eduardo Gomes, germinara na oposição, possuía mais inquietação constitucional, e sua vocação liberal abriria seguras oportunidades à transformação do sistema político no país.*[14]

Surgida de um amplo movimento de oposição ao Estado Novo, a União Democrática Nacional (UDN) foi importante protagonista dos acontecimentos que levaram a deposição de Vargas em 1945. Apesar de ser basicamente originária das elites, a diversidade de sua composição política inicial incluía desde oligarquias regionais destronadas com a revolução de 1930, antigos aliados de Getúlio marginalizados depois de 1930 e até grupos de esquerda que participaram da frente de redemocratização, mas posteriormente se afastaram desse partido. A UDN se afirmava liberal e combatia veementemente os grupos inspirados no getulismo, tanto no parlamento quanto nos jornais. Sua postura tendeu a ser doutrinária e chegou frequentemente à beira do dogmatismo. Rodrigo Patto de Sá Motta descreve bem a postura udenista e suas ações:

---

[13] Conforme Redação Original do Autor
[14] LIMA, Hermes. **Travessia:** memórias. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974, p. 143.

> *Criticava o excesso de intervencionismo estatal, adotado em nome da proteção da economia e dos interesses nacionais, e posicionava-se a favor da abertura aos investimentos estrangeiros e à entrada do capital externo. Sua postura internacionalista levaria a choques com a crescente opinião nacionalista, influente particularmente na esquerda, que chamava os udenistas de entreguistas, quer dizer, defensores da entrega das riquezas nacionais a interesses estrangeiros.*[15]

A criação da UDN estava diretamente ligada a reconquista das liberdades democráticas e a figura do brigadeiro Eduardo Gomes, entendido como verdadeiro herói da moral cívica e cristã, capaz de aglutinar as classes médias em torno de sua candidatura. Segundo Maria Benevides:

> *Para as oposições coligadas tratava-se do candidato ideal: tinha um alto posto militar, uma legenda de herói e uma tradição de lutas democráticas aliada a um "nome limpo" em todos os sentidos.*[16]

O PSB, que é objeto de análise por essa monografia, não foi fundado em 1945. A princípio, importantes membros dessa agremiação dialogaram com a UDN. Todavia, em 1947, conforme detalhamento no capítulo 2, o partido foi fundado e registrado.

No final de 1945 os acontecimentos se aceleraram, causando a queda de Vargas. A intensa mobilização popular que gerou o movimento Queremista, amplamente apoiado pela burocracia getulista, realizou comícios a favor da continuidade de Getúlio no poder sem que este os desautorizasse. Para expressivos segmentos da população e muitos políticos da época, havia um clima de golpe continuísta no ar[17], que, desta vez, seria apoiado pelas massas trabalhadoras.

É interessante notar que Vargas iniciou nessa conjuntura uma mudança de "roupagem" política ao perceber que perdeu o apoio de parcelas das elites econômicas e militares e, igualmente, ao sentir os novos ventos democráticos difundidos em muitos países do hemisfério ocidental. Ao constatar esse processo, Vargas se aproximou estrategicamente da esquerda e adotou medidas elogiadas por setores esquerdistas como, por exemplo, assinar o

---

[15] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros.** 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 77.
[16] BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 42.
[17] D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 60.

decreto Malaia, que dava poderes ao governo para desapropriar empresas que lesassem os interesses nacionais. Essa lei, assim como a mobilização dos queremistas, ajudou a reconstruir a imagem de Vargas, identificado como pai dos pobres. Essa transformação foi muito bem descrita por Rodrigo Patto Sá Motta:

> *De qualquer modo, a mutação estava completa: de ditador semifascista, caçador de comunistas, Getúlio Vargas se transformou em líder popular, amigos dos trabalhadores e aliado da esquerda. Com a nova postura e imagem preparou-se para a fase democrática que então se iniciava, credenciando-se para tentar voltar ao poder com os votos dos trabalhadores.*[18]

O clima de continuísmo que circulava na cidade do Rio de Janeiro e se difundiu no país acabou preparando o contragolpe preventivo. Para contribuir paradoxalmente com a sua própria deposição, Vargas adotou duas medidas que selaram seu destino, naquele momento. A primeira foi a alteração do calendário eleitoral, convocando eleições para o final de 1945. A segunda foi a nomeação de seu irmão, Benjamim Vargas, para a chefia de polícia do Distrito Federal, o mais importante órgão de segurança do país. Com essa medida, Vargas assumia o controle da capital e da possível repressão e, se as massas fossem convocadas a seu favor, ele poderia protegê-las com o poder público.[19] Percebendo essa mobilização, os militares entraram em cena e tentaram tomar as rédeas da situação. Góis Monteiro, antigo aliado de Vargas, despachou Dutra para negociar com Vargas a sua deposição, que aconteceu no dia 29 de outubro. Na manhã seguinte, a imprensa festejava o fim do Estado Novo. Getúlio Vargas voltaria ao poder alguns anos depois, pela via eleitoral. Foi eleito presidente da República, pelo PTB em 1950.

---

[18] D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 70-71.
[19] D'ARAÚJO, Maria Celina Soares, op. cit., p. 61.

A ESQUERDA DEMOCRÁTICA E A ORIGEM DO PSB

> *A UDN [...] sofre, inegavelmente, impulsos de sentido democrático e progressista, devido à presença, no seu seio, de alguns elementos influentes, que combateram o fascismo estado-novista com energia, e de intelectuais saídos da classe média, não identificados diretamente com interesses de classe. Mas toda a estrutura da UDN, sua orientação ideológica, é a de um partido burguês, que não pretende avançar além daquilo que está na constituição atual e na ordem social vigente.*[20]

Como já foi dito anteriormente, a União Democrática Nacional (UDN) formou-se a partir de uma ampla frente de oposições ao regime varguista que tinha como bandeira política a volta das liberdades democráticas e a luta pelo fim da ditadura. Somente esse objetivo político foi capaz de unir uma heterogeneidade de correntes políticas e pessoas que, frequentemente, mantinham intensas rivalidades entre si. Maria Benevides ilustrou dessa forma a afinidade política estrategicamente construída em prol da derrubada de Getúlio Vargas:

> *Adversários de tempos imperiais, velhos inimigos, desafetos jurados, reúnem-se com a finalidade única de apressar a queda de Vargas e suprimir seu regime.*[21]

Apesar da União Democrática Nacional (UDN) ser formada majoritariamente por grupos conservadores oriundos das elites intelectuais políticas e econômicas nacionais, grupos de esquerda também militaram, intensamente, nos momentos iniciais da UDN. Principalmente em São Paulo, houve a participação de consagrados militantes comunistas. Eles divergiram da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) que optou por uma política de apoio à Vargas com o objetivo de efetivar a "União Nacional". Entre os militantes do PCB que, de alguma forma, se aproximaram da UDN no período de sua fundação podem ser incluídos Silo Meirelles, Astrogildo Pereira, Leônidas Rezende, Heitor Ferreira Lima, Tito Batini, Mário Schemberg, entre outros. Interessante notar que, segundo Maria Benevides, Caio Prado

---

[20] HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável:** história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 71.
[21] BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 29.

Júnior, apesar de nunca ter participado oficialmente da UDN, foi quem sugeriu o nome de União Democrática Nacional, enfatizando o termo "democrático" enquanto os comunistas ortodoxos privilegiavam apenas a sigla "União Nacional".[22] A dissidência desse grupo de comunistas durou até o pronunciamento oficial de Luís Carlos Prestes em 26 de abril de 1945 que pregava de forma veemente a união com Vargas. Após esse pronunciamento, tornou-se clara a prevalência da linha estabelecida pela URSS para o PCB. A maioria dos comunistas se resignou à disciplina partidária e somente uma minoria rompeu os vínculos com o PCB, partindo para a militância em outros grupos políticos de esquerda, como a Esquerda Democrática.

O Partido da Esquerda Democrática e o posterior Partido Socialista Brasileiro (PSB) se formaram a partir da união de grupos de matizes esquerdistas distintas entre as quais se destacariam a União Socialista Popular (USP), a União Democrática Socialista (UDS) e o núcleo carioca da Esquerda Democrática (ED).

Em abril de 1945 foi formada a União Socialista Popular (USP). Ela se originou da reunião de trotskistas da Liga Comunista Internacionalista (LCI), comunistas dissidentes da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) e socialistas independentes. Articulada por Mário Gomide e contando com a presença de tradicionais militantes socialistas como Mário Pedrosa, a USP defendia a revogação da constituição de 1937, a instalação de um governo provisório seguido por uma Assembleia Constituinte, direito de voto para todos os cidadãos maiores de 18 anos (incluindo analfabetos), anistia ampla e imediata para os presos políticos, reconhecimento do direito de greve, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, nacionalização e distribuição de terras, etc.[23]

A União Socialista Popular, assim como a Esquerda Democrática, manteve relações próximas com a UDN. A oposição à ditadura, o objetivo de redemocratização e o apoio ao Brigadeiro Eduardo Gomes uniam as duas agremiações. Devido a pouca expressão eleitoral que a USP logrou, a agremiação optou por se aliar à UDN para lançar seus candidatos pela legenda udenista.

---

[22] BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 38.
[23] União Socialista Popular – USP in: ABREU, Alzira Alves de. (Org.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** CPDOC/FGV, 1984.

A USP e a ED, apesar da proximidade em relação à UDN e dos vários pontos programáticos em comum, não se aproximaram mutuamente. A USP considerava a ED moderada, com traços socialdemocratas enquanto a ED acusava a USP de radicalismo, determinado pela predominância de trotskistas. Segundo Margarida Vieira, em 1948, quando a Esquerda Democrática já havia se tornado PSB, a USP se desfez, ingressou no PSB e passou o jornal Vanguarda Socialista para esse partido.[24]

> *Em 1942 ou 1943, não lembro bem, Paulo Emílio aglutinou um pequeno grupo de debate e análise com vistas à luta contra a ditadura, ao qual demos por piada o nome altissonante de Grupo Radical de Ação Popular, GRAP.*[25]

A União Democrática Socialista (UDS) surgiu da aliança de alguns grupos que participaram ativamente das mobilizações estudantis contrárias ao nazi-fascismo e ao regime getulista. Esses grupos foram especialmente atuantes em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Faculdade de Direito em São Paulo. Em 1942, um pequeno núcleo de estudantes da Faculdade de Direito se organizou para formar um grupo de estudos e de ação chamado de GRAP – Grupo Radical de Ação Popular. Esse grupo foi formado por Antonio Candido, Paulo Emílio Salles Gomes, Antônio Costa Corrêa, Germinal Feijó, Paulo Zingg e Eric Czaskes. Inspirado na Resistência Francesa, o GRAP procurou organizar formas de luta contra a ditadura varguista.[26]

Em 1943 o GRAP se articulou com outros estudantes da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, além de políticos comunistas, operários engajados e liberais combativos numa aliança chamada de Frente de Resistência. Essa frente foi responsável pelos "distúrbios" de novembro de 1943, quando morreram duas pessoas e 23 ficaram feridas.[27] Em discurso de 1944, Germinal Feijó descreveu a efervescência política redemocratizante, presente na juventude universitária no período:

---

[24] VIEIRA, Margarida. Partido Socialista Brasileiro e o Marxismo (1947-1965). IN: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.) **História do Marxismo no Brasil.** v. V. Partidos e organizações dos anos 20 a 60. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002. p. 163.
[25] CANDIDO, Antonio. Informe politico. In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa. (Org.). **Paulo Emílio:** um intelectual na linha de frente. São Paulo: Brasiliense; Rio de Janeiro: EMBRAFILME, 1986. p, 61.
[26] HECKER, Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil:** nacionalismo e reformismo radical. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 28.
[27] HECKER, Alexandre, op. cit., p. 29.

> *Nós, os moços, nos sentimos a vontade para nos dirigirmos a todos vós sem distinções ou preferências por este ou aquele agrupamento, porque não nos sentimos presos a nenhum deles. [...] Nós, que já conseguimos unidade de ação e de pensamento, na frente universitária, conclamamos a todos vós para a luta em torno de um objetivo comum: a democratização do Brasil.*[28]

Alguns membros socialistas dessa frente formaram uma comissão para dialogar com Luís Carlos Prestes, que ainda estava preso nos cárceres do Estado Novo, e tentaram articular uma aliança entre socialistas e comunistas, principais vítimas da repressão estado-novista, contra Getúlio Vargas. Segundo relatos da época, o encontro se frustrou devido à intransigência de Prestes em relação à necessidade de aproximação com Vargas. Segundo Alexandre Hecker, a aliança que, em alguns lugares até 1950, caracterizou grande parte das esquerdas europeias vítimas da perseguição nazi-fascista não chegou nem a se efetivar no Brasil.[29]

> *Eu tenho a impressão de que a UDS era um grupo, politicamente, muito consciente. Era um grupo de pessoas já amadurecidas. Alguns tinham vindo do trotskismo, outros da Juventude Comunista e mesmo do Partido Comunista, outros não tinham vindo de lugar nenhum, como eu. [...] um pessoal que se entendeu na base de uma visão socialista, democrática... mas combativa! [...] em todos nós, estava a idéia* de que nós lutávamos democraticamente dentro do contexto, mas achávamos a revolução um direito legítimo, normal e necessário, quando fosse preciso.*[30]

Em 1945 o núcleo socialista que havia se formado durante a Frente de Resistência acabou se desligando da mesma e criando oficialmente a União Democrática Socialista (UDS). É relevante observar a heterogeneidade de matizes esquerdistas que a formavam. Havia comunistas anti-stalinistas, trotskistas e ex-trotskistas, militantes do Partido Socialista Brasileiro dos anos de 1930, operários engajados, cristãos progressistas, etc.[31] Essa

---

[28] CARONE, Edgard. **A Terceira República (1937-1945).** São Paulo: Difel, 1976, p. 90-91.
[29] HECKER, Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil:** nacionalismo e reformismo radical. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 30.
[30] VIEIRA, Margarida. Partido Socialista Brasileiro e o Marxismo (1947-1965). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.) **História do Marxismo no Brasil.** v. V. Partidos e organizações dos anos 20 a 60. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2002, p. 164.
[31] HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável:** história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 68.

diversidade de matizes de esquerda no mesmo grupo é compatível com a tese de Miracy Gustin que afirma que uma das condições que possibilitaram a fundação do posterior Partido Socialista Brasileiro (PSB) foi a insatisfação de um razoável número de pessoas à esquerda com o pensamento hegemônico esquerdista do período, protagonizado pelo PCB.[32]O apoio a Vargas pregado pelo PCB foi um dos elementos principais para essa insatisfação.

A UDS se identificou como um grupo apartidário, sem objetivos eleitorais imediatos. Defendia a revogação da constituição de 1937 e a redemocratização do país. O grupo também propunha liberdade de imprensa, melhoria das condições de vida dos trabalhadores, formação de um partido de massa nacional e a implantação do socialismo.[33] Seu manifesto, elaborado por Paulo Emílio Salles Gomes, foi considerado um marco de fundação do pensamento socialista democrático e um dos referenciais teóricos do futuro PSB.

A introdução desse manifesto consiste numa análise histórica de viés marxista sobre os dilemas políticos e as possibilidades de ação das classes pequeno-burguesas, médias, do proletariado nacional e dos trabalhadores da terra naquela conjuntura. Paulo Emílio, ao analisar a situação das classes sociais brasileiras, chegou à seguinte conclusão:

> *Na história do liberalismo e da pseudo-democracia do Brasil, os grandes fazendeiros, industriais, comerciantes e banqueiros já falaram muito. A classe média e o operariado disseram algumas palavras. Os trabalhadores da terra são a grande voz muda da história brasileira.*[34]

Esse documento também evidenciou a situação de dependência política dos setores menos privilegiados da sociedade brasileira, em especial, dos trabalhadores rurais. Considerou que as classes oligárquicas e conservadoras, ao monopolizar os privilégios no Brasil e utilizar a repressão, acabaram por limitar a construção da identidade política e perpetuar o caráter autoritário da sociedade brasileira:

> *Na verdade a democracia só existia para as camadas economicamente mais favorecidas da população. Era uma democracia de falsas elites, afastadas das massas populares. Os partidos políticos nada mais eram que a expressão*

---

[32] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida. **Semeando democracia:** a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem, MG: Palesa, 1995, p. 37.
[33]. União Democrática Socialista – UDS in: ABREU, Alzira Alves de. (Org.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** CPDOC/FGV, 1984.
[34]CARONE, Edgard. **A Terceira República (1937-1945).** São Paulo: Difel, 1976, p, 436.

> *eleitoral dos grandes fazendeiros, industriais e comerciantes e dos banqueiros, que mantinham o poder estatal em suas mãos como expressão de domínio de uma oligarquia reacionária e retrógrada.*[35]

O manifesto afirmou ainda o potencial revolucionário dos setores pequeno-burgueses brasileiros e a necessidade da formação de alianças com as "outras classes oprimidas" para derrocar a predominância histórica das classes conservadoras no país. Nessa perspectiva, concluiu que, sem essas alianças, seria impossível enfrentar o conservadorismo da política brasileira, marcada pelas características conservadoras da maioria dos partidos políticos existentes e das próprias máquinas eleitorais oligárquicas:

> *Chamada historicamente, no Brasil, a desempenhar um papel revolucionário, mediante uma estreita união política com outras classes oprimidas, a pequena burguesia não podia manter-se isolada na luta contra as oligarquias conservadoras, e, assim, foi incapaz de desarticular sozinha as poderosas máquinas eleitorais e governamentais dessas oligarquias.*[36]

Assim, para Paulo Emílio e para a UDS os problemas essenciais do Brasil seriam a dependência político-social em relação às oligarquias e a falta de democracia, frequentemente até mesmo aquela de conteúdo exclusivamente formal, já que, segundo o manifesto, os partidos seriam representantes exclusivos das elites. Além disso, pesava o fato dos setores excluídos e revolucionários da sociedade brasileira não conseguirem se articular para contrabalancear e derrotar as oligarquias. Segundo o manifesto, até mesmo os comunistas não conseguiram influenciar corretamente os acontecimentos políticos, especialmente na década de 1930 quando, sem avaliar a correlação de forças do contexto, acabaram se precipitando na via insurrecional e, ao contrário de suas intenções, estimularam o "fascismo nacional"[37]:

> *Num ato de desespero, elementos de esquerda tentaram atalhar o avanço do fascismo nacional, deflagrando o movimento de novembro daquele ano, logo subjugado.[...] Desde então, os trabalhadores perderam todos os direitos políticos.*[38]

---

[35] CARONE, Edgard, op. cit., p. 434.
[36] CARONE, Edgard. **A Terceira República (1937-1945).** São Paulo: Difel, 1976, p. 434.
[37] CARONE, Edgard, op. cit., p. 435.
[38] Ibidem, p. 435.

Segundo Alexandre Hecker o manifesto, implicitamente, aponta a UDS como uma solução para esse quadro desalentador da política brasileira na conjuntura de 1945, pois seus integrantes discordavam da orientação dos partidos tradicionais de esquerda, especialmente o PCB, e pregavam uma aliança democrática das esquerdas composta pelo proletariado nacional e outros setores sociais tidos como progressistas e interessados na redemocratização do país e na moralização da vida publica.[39] Além disso, o manifesto defendeu abertamente a transformação econômica e social do país visando a instauração do socialismo. A referida aliança democrática das esquerdas seria o instrumento para este fim. Interessante notar no documento a compreensão da vitória soviética na segunda guerra como sinal de necessidade e real possibilidade de implantação do socialismo, que deveria obedecer às *"peculiaridades históricas e sociais do Brasil, longe das fórmulas esquemáticas e sectarismos facciosos."*[40] Essa posição de independência e de crítica em relação ao socialismo soviético, coerente com a formação política-ideológica do grupo, foi assim descrita por Antonio Candido:

> *Não faltavam restrições implícitas ao "sectarismo" dos comunistas, que não eram todavia mencionados expressamente em virtude da sua posição ainda delicada. E ao insistir na necessidade de encontrar soluções socialistas para cada país, embora o socialismo tivesse dimensão internacional, ficava afastada a adesão a correntes ligadas às peculiaridades da União Soviética, como o stalinismo ou o trotskismo.*[41]

A UDS teve curta duração. Devido às dificuldades em relação à coordenação das tarefas para as eleições que se aproximavam, o grupo endossou o manifesto da recém-inaugurada Esquerda Democrática em agosto de 1945 e se dissolveu. Para Azis Simão havia, naquele momento, pelo menos duas opções:

> *Entre a opção de manter uma estrutura mais radical mas permanecer como núcleo paulista e adaptar-se a um perfil mais moderado mas com*

[39] HECKER, Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil:** nacionalismo e reformismo radical. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 45.
[40] CARONE, Edgard. **O movimento operário no Brasil (1945-1964).** São Paulo: Difel, 1979, p. 7.
[41] CANDIDO, Antonio. Informe politico. In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa. (Org.). **Paulo Emílio:** um intelectual na linha de frente. São Paulo: Brasiliense; Rio de Janeiro: EMBRAFILME, 1986, p. 65.

ramificações nacionais, a UDS, por maioria, opta pela extinção e adesão à Esquerda Democrática.[42]

Essa adesão não ocorreu sem atritos e tensões. Segundo Antonio Candido, um grupo de metalúrgicos recusou a adesão por acreditar que a ED, por ser menos radical e mais eclética, não passava de um *"compromisso pequeno-burguês."*[43] Já a Vanguarda Socialista, facção trotskista liderada por Mário Pedrosa, não somente apoiou a Esquerda Democrática em sua aliança com a UDN como também defendeu a candidatura do Brigadeiro.[44]

Conciliar o processo das transformações sociais com as exigências da mais ampla liberdade civil e política, utilizar na realização desse propósito os postulados da democracia e suas instituições, - eis objetivo político da Esquerda Democrática.[45]

A instalação formal da Esquerda Democrática data de 25 de agosto de 1945, numa reunião realizada no Rio de Janeiro onde 63 pessoas, de alguns estados brasileiros, se uniram com o objetivo de agregar grupos de esquerda numa unidade política que defendesse uma *gradual e progressiva socialização dos meios de produção.*[46]

Homens como João Mangabeira, Hermes Lima e Domingos Velasco, que haviam ingressado na UDN, tentaram demarcar um espaço político próprio com a ED. Segundo o manifesto lançado no dia de sua fundação, a Esquerda Democrática defendia os seguintes pontos programáticos: liberdade de pensamento, crença e culto; direito a greve; autonomia sindical e regime representativo. Inclusive, no que diz respeito liberdade de pensamento a Esquerda Democrática assim se definiu:

A Esquerda Democrática não tem uma concepção filosófica da vida nem credo religioso; reconhece a cada um o direito de seguir, nessa matéria, a sua

---

[42] VIEIRA, Margarida. Partido Socialista Brasileiro e o Marxismo (1947-1965). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.) **História do Marxismo no Brasil.** v. V. Partidos e organizações dos anos 20 a 60. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2002, p. 164.
[43] CANDIDO, Antonio, op. cit., p. 64.
[44] Ibidem, p, 31.
[45] Idem, p, 13.
[46] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida. **Semeando democracia:** a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem, MG: Palesa, 1995, p. 37.

própria consciência. Nela cabem, assim, pessoas de todas as crenças e das filosofias mais diversas.[47]

Também defendia a função social da propriedade, ou seja, a ideia de que a utilização privada da propriedade não deveria atentar contra o interesse coletivo. Por fim, como já citado anteriormente, a Esquerda Democrática postulava um programa gradual de progressiva socialização dos meios de produção. Portanto, o manifesto da ED defendia a legitimidade e a ampliação dos preceitos democráticos, bem como a implantação de um programa socialista no Brasil:

> *Democrática por seu método e seus objetivos, essa corrente política é igualmente de esquerda porque sustenta, desde logo, que a propriedade tem, antes de tudo, uma função social, não devendo ser utilizada contra o interesse coletivo; e defende um programa de reforma econômica, inclusive uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção, à medida que a exigirem as condições objetivas do desenvolvimento material do país. E tudo isso como expressão da vontade, da maioria, manifestada pelo processo democrático.*[48]

Em razão das dificuldades decorrentes da lei Agamenon Magalhães, que determinava que para registrar um partido nacional era obrigatório apresentar pelo menos dez mil assinaturas de eleitores de, no mínimo, cinco estados, a ED formou uma aliança político-eleitoral com a UDN para concorrer às eleições legislativas de 1945. Essa exigência legal dificultou em muito a existência independente da ED, que teve que se aliar à UDN para concorrer às eleições. A UDN, por sua vez, tinha interesse em contar com o apoio de grupos de esquerda como a ED com objetivo de tentar dissipar o ranço de conservadorismo que pairava sobre esse partido.

Para o estabelecimento dessa aliança contribuíram principalmente algumas afinidades ideológicas entre a ED e a UDN, principalmente no que se refere à defesa de redemocratização e à volta das liberdades democráticas no país. Além disso, foi a UDN que lançou a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, considerado por seus pares símbolo da redemocratização. O manifesto da Esquerda Democrática assim defendeu a legitimidade da candidatura do Brigadeiro:

---

[47] CARONE, Edgard. O movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo: Difel, 1979, p. 17.
[48] CARONE, Edgard, op. cit., p. 13.

A candidatura Eduardo Gomes, ao contrário, nascida de um movimento de opinião nacional, apoiada por forças tradicionalmente opostas à ditadura é cercada, por isto mesmo, da confiança de todos os que têm combatido os desmandos da situação inaugurada a 10 de Novembro de 1937, abre ao país perspectivas da mais sincera restauração democrática.[49]

Curiosamente, nesse período a UDN assumiu postura de defesa da autonomia sindical e do direito de greve, pautas que aumentaram a compatibilidade com as forças políticas organizadas na Esquerda Democrática. Porém, havia uma distinção essencial que posteriormente afastaria a Esquerda Democrática da UDN. Trata-se do fato da ED, defender o ideal de uma sociedade sem classes[50] e também uma progressiva socialização dos meios de produção. A UDN, ao contrário, propugnava por um projeto econômico onde as forças de mercado seriam predominantes.

Importante ressaltar que a Esquerda Democrática não foi fundada na mesma ocasião que a União Democrática Nacional (UDN). Alguns de seus membros como João Mangabeira, Hermes Lima, Jurandir Pires Ferreira, Osório Borba e Domingos Velasco participaram coletivamente da fundação da UDN e posteriormente criaram o movimento que recebeu o nome de Esquerda Democrática (ED).

Os militantes da Esquerda Democrática justificaram sua adesão anterior à UDN devido à necessidade de se lutar contra o inimigo em comum: o getulismo. Mas, ainda em 1945, alguns socialistas já faziam críticas àquela adesão, pois consideravam que o caráter democrático da UDN não era uma característica sólida do partido, mas sim um elemento de fachada. É interessante notar, como as definições políticas, naquele contexto ainda eram bastante nebulosas. O próprio apoio prestado ao Brigadeiro Eduardo Gomes demonstra essa nebulosidade, pois, apesar de ter se tornado um símbolo da redemocratização, era um político conservador e anticomunista virulento.[51]O caráter elitista de sua candidatura foi descrito por Hermes Lima:

Foi no estádio do Pacaembu, onde era esperado repetir-se a consagração por ele recebida no Rio em grandioso comício. Ao entrar no estádio, fiquei

---

[49] CARONE, Edgard. **O movimento operário no Brasil (1945-1964).** São Paulo: Difel, 1979, p. 15.
[50] BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 32.
[51] Caio Prado Júnior teve uma audiência com Eduardo Gomes e ficou mal impressionado com o conservadorismo do Brigadeiro.

> *aterrado. Repletas as sociais de um público seleto, elegante mesmo, em que se destacava numeroso concurso de senhoras, de chapéu e calçando luvas, mas as gerais vazias. Era um espetáculo politicamente confrangedor*[52]*, a enorme praça de esportes, metade morta, metade bem composta até nas palmas com que saudou o candidato e lhe aplaudiu o discurso.*[53]

Alguns dos integrantes da Esquerda Democrática já tinham a consciência de que apesar da UDN ser importante como partido de oposição ao autoritarismo getulista, ela dificilmente romperia com os privilégios das elites econômicas dos grandes centros. Segundo Fernando de Azevedo, a UDN poderia resultar em:

> *Reação conservadora que traz em si mesma o gérmen das forças reacionárias que hoje desfraldam, na oposição, a bandeira democrática, para a enrolarem amanhã, conquistado o poder – se convier a seus interesses de dominação- mediante os estados de sítio ou de guerra montados para a opressão de minorias.*[54]

Nas eleições parlamentares de 1945, a chapa ED-UDN lançou como deputados federais no Rio de Janeiro Hermes Lima, Domingos Velasco e João Mangabeira. Em São Paulo se candidataram Germinal Feijó, João da Costa Pimenta e Elieser Magalhães. Somente os candidatos do Rio se elegeram.[55] A Esquerda Democrática teve participação expressiva na Assembleia Nacional Constituinte através da ativa atuação de Hermes Lima que, na comissão que preparou o anteprojeto Constitucional, defendeu a valorização do legislativo e a reformulação da estrutura agrária do Brasil.

A Esquerda Democrática não se resumiu unicamente ao eixo Rio/São Paulo, áreas em que era mais forte. Em Pernambuco havia núcleos onde se destacaram Osório Borba, futuro candidato à governador pelo PSB e Gilberto Freire, que preferiu migrar para a UDN quando a ED virou PSB. Na Paraíba, Aluísio Campos atuou intensamente e, em 1950, elegeu-se

---

[52] Conforme Redação Original do Autor
[53] LIMA, Hermes. **Travessia:** memórias. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974, p. 151.
[54] LIMA, Hermes, op. cit., p. 41.
[55] HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável:** história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 70.

deputado pelo PSB. Em Minas Gerais, em torno do jornal *Liberdade* se desenvolveu o núcleo que iria fundar o PSB no estado, liderado por Hélio Pelegrino.[56]

Podemos notar na formação da Esquerda Democrática, especialmente nas diferenças entre o núcleo de São Paulo e do Rio, as diferentes concepções e divergências que marcariam internamente o PSB. O núcleo do Rio de Janeiro foi formado a partir da liderança de políticos profissionais, experientes no parlamento e de tradição jurídica, influenciados pelo trabalhismo social de Lasky. São exemplos de integrantes desse grupo João Mangabeira e Hermes Lima. Já em São Paulo, predominavam professores e estudantes sem tradição parlamentar, mas com atuação política próxima dos sindicatos e com experiência de mobilização, oriunda da luta pela redemocratização. Também em São Paulo a vinculação político-ideológica com o Marxismo era acentuada.[57] Entre os objetivos comuns que agregaram essas correntes podemos citar principalmente o "antigetulismo" e o "antiprestismo", ou seja, a negação de formas autoritárias e ditatoriais diversas bem como a recusa do comunismo soviético.

Em abril de 1946, a Esquerda Democrática rompeu com a UDN, em virtude das diferenças programáticas já citadas. Seus principais quadros formaram então o Partido da Esquerda Democrática, sob o lema "Socialismo e Liberdade". Reafirmadas as teses da progressiva socialização dos meios de produção e do fim da exploração do homem pelo homem como objetivo final, nasceu, no Brasil, um partido socialista de âmbito nacional, destacando sua condição pluriclassista:

> *O partido não se destina a lutar pelos interesses exclusivos de uma classe, mas pelo de todos que vivem do próprio trabalho, operários da cidade e do campo, empregados em geral, funcionários públicos [...].*[58]

O Partido também definiu sua participação reivindicativa no regime capitalista, porém deixou claro em seu programa a convicção de que os problemas econômico-sociais só seriam resolvidos com a execução integral de suas propostas. Os cariocas conseguiram manter o mesmo programa da Esquerda Democrática, enquanto os paulistas perderam a tese que propunha a mudança do nome da Esquerda Democrática para Partido Socialista Brasileiro.

---

[56] VIEIRA, Margarida. Partido Socialista Brasileiro e o Marxismo (1947-1965). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.) **História do Marxismo no Brasil.** v. V. Partidos e oorganizações dos anos 20 a 60. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2002, p. 166.
[57] VIEIRA, Margarida, op. cit., p.164.
[58] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida. **Semeando democracia:** a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem, MG: Palesa, 1995, p. 40.

Segundo Miracy Gustin, as teses da delegação de São Paulo, Sergipe, Bahia e Rio Grande do Sul eram de conteúdo socialista mais radical, enquanto as teses da delegação do Distrito Federal eram mais moderadas.[59]

Em 6 de agosto de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral, após muitos conflitos devido ao caráter socialista do partido, ordenou, através da Resolução nº 2.130, o registro das alterações do estatuto da Esquerda Democrática, que passou a se chamar Partido Socialista Brasileiro (PSB).[60]

[59] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida, op. cit., p. 42.
[60] Ibidem, p. 47.

O PSB: SOCIALISMO COM DEMOCRACIA

> *Estai atentos meus jovens amigos ao que tenho dito mais uma vez. Liberdade sem socialismo, de fato, liberdade não é. Socialismo sem liberdade, realmente socialismo não pode ser. Somente, pelo consórcio do Socialismo com a Liberdade é que o homem pode atingir o máximo da expansão da sua personalidade no meio social em que todos sejam iguais, pela abolição dos privilégios ou preconceitos de riqueza, da raça ou da religião, mas desiguais pelos dotes naturais que distinguem e qualificam cada um. Somente assim os homens serão livres. Isto é o que o sistema capitalista não pode conceber, nem muito menos dar.*[61]

Assumindo o lema "Socialismo e Liberdade", o Partido da Esquerda Democrática aprovou, em seu 2º congresso de agosto de 1947, a mudança de nome para Partido Socialista Brasileiro (PSB). Essa mudança contemplou a reivindicação proposta pelo núcleo paulista da Esquerda Democrática, lançada desde o 1º congresso em 1946.

O programa aprovado pelo PSB era praticamente igual ao da Esquerda Democrática, com exceção do tópico sobre a supressão da possibilidade do casamento, como contrato civil, ser anulado pelo divórcio. Essa mudança reflete o posicionamento da ala católica do partido, liderada por Domingos Velasco. Durante sua militância no PSB, Velasco escreveu vários artigos na imprensa socialista sobre a compatibilidade entre os princípios católicos e os socialistas democráticos.[62]

Mudança considerável ocorreu com o emprego da palavra Socialismo como mote e objetivo final do programa do PSB. Apesar de a Esquerda Democrática ter como um dos princípios fundamentais a defesa de *"uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção"*[63], o termo Socialismo não constava em seu manifesto inicial. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, essa ausência ocorreu devido a necessidade de não comprometer a aliança político-eleitoral com a União Democrática Nacional (UDN) em torno da candidatura do

---

[61] MANGABEIRA, Francisco. **João Mangabeira:** república e socialismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 208.
[62] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida. **Semeando democracia:** a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem, MG: Palesa, 1995, p. 42.
[63] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida, op. cit., p, 37.

Brigadeiro Eduardo Gomes. Alguns membros da Esquerda Democrática, como já referido, já identificavam a distância da UDN em relação às ideias socialistas.[64]

O programa aprovado no 2º Congresso apresentou os princípios político-ideológicos que caracterizavam o PSB. Esse programa se distinguia dos principais programas dos partidos da esquerda brasileira do período, não somente em propostas concretas, mas também na própria concepção de política apresentada.[65]

> *I – O Partido considera-se, ao mesmo tempo, resultado da experiência política e social dos últimos cem anos em todo mundo e expressão particular das aspirações socialistas do povo brasileiro. II – As peculiaridades nacionais serão, pelo Partido, consideradas de modo que a aplicação de seus princípios não constitua solução de continuidade na história política do país, nem violência aos caracteres culturais do povo brasileiro.*[66]

O PSB, segundo esses dois princípios, se reconhecia como resultado das experiências de lutas sociais e políticas nacionais e internacionais, valorizando especialmente as peculiaridades nacionais nas lutas políticas e na construção do socialismo. Essa concepção ampla de socialismo era inovadora para as esquerdas entre 1945-1964. Frequentemente, elas dependiam de um modelo externo para guiar os projetos socialistas a serem implantados no Brasil. De certa forma, era como se a filiação à URSS, China ou Albânia fosse indispensável para a realização do projeto revolucionário brasileiro.[67] O PSB pretendeu analisar de forma aberta e crítica as experiências internacionais, sem se filiar obrigatoriamente a nenhum dos modelos internacionais. Essa abertura crítica foi favorecida pela heterogeneidade ideológica dos militantes do PSB, cujas referências compreendiam desde Rosa Luxemburgo até Laski.

> *III – Sem desconhecer a influência exercida sobre o movimento socialista pelos grandes teóricos e doutrinadores que contribuíram, eficazmente, para despertar no operariado uma consciência política necessária ao progreso*[68] *social,*

---

[64] **JOÃO Mangabeira na UnB:** conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília: Ed. UnB, 1982, p. 47.
[65] VIEIRA, Margarida. Partido Socialista Brasileiro e o Marxismo (1947-1965). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.) **História do Marxismo no Brasil.** v. V. Partidos e organizações dos anos 20 a 60. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2002, p. 160.
[66] CARONE, Edgard. **O movimento operário no Brasil (1945-1964).** São Paulo: Difel, 1979, p, 17.
[67] CARONE, Edgard, op. cit., p. 161.
[68] Conforme Redação Original do Autor

entende que as cisões provocadas por essa influência nos vários agrupamentos partidários estão em grande parte superadas.[69]

Para Margarida Vieira, esse item corresponde a uma análise equivocada das esquerdas no período, já que as divergências entre táticas e estratégias continuam, até hoje, a causar divisões em amplas parcelas das esquerdas brasileiras e mundiais. Talvez, pelo fato de minimizarem as divergências no interior das esquerdas, os socialistas tinham maior facilidade de trabalhar pela unidade das forças de esquerda[70], mesmo considerada a sua clara discordância com o PCB e o PTB. Essa análise é corroborada pelo depoimento de Paul Singer:

> *O Partido Socialista seria assim um pouco como um terreno neutro para a esquerda onde esses vários grupos poderiam colaborar com projetos ideológicos, seminários ou criação de frente única[...] O Partido Socialista, com sua modesta sede no centro da cidade, era um terreno em que todo mundo se entendia, podia vir a se sentir à vontade.*[71]

> *IV - O Partido tem como patrimônio inalienável da humanidade as conquistas democrático-liberais, mas as considera insuficientes, como forma política, para se chegar à eliminação de um regime econômico de exploração do homem pelo homem.*[72]

Esse é um dos itens mais autênticos do programa do PSB. Ao Contrário do Partido Comunista do Brasil (PCB) que, para Daniel Aarão Reis,[73] tinha uma visão instrumental da democracia política e frequentemente a desqualificava com a alcunha de "burguesa", o PSB asseverou os valores dos direitos humanos, civis e políticos, propostos desde o século XVII pelos teóricos do liberalismo político. Além disso, o partido propugnava pela manutenção e ampliação desses direitos.

O PSB acreditava que as transformações das desigualdades profundas do Brasil somente seriam obtidas pela execução de processos democráticos. Seu programa afirmou

---

[69] Ibidem, p. 17.
[70] VIEIRA, Margarida. Partido Socialista Brasileiro e o Marxismo (1947-1965). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.) **História do Marxismo no Brasil.** v. V. Partidos e organizações dos anos 20 a 60. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2002, p. 160.
[71] VIEIRA, Margarida, op. cit., p. 160.
[72] CARONE, Edgard. **O movimento operário no Brasil (1945-1964).** São Paulo: Difel, 1979, p. 17.
[73] GARCIA, Marco. Aurélio. (Org.) **As esquerdas e a democracia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986, p. 18.

com veemência que: *IX – O partido dispõe-se a realizar suas reivindicações por processos democráticos de luta política.*[74]. Interessante notar que a ênfase nos processos democráticos não concerne exclusivamente à democracia formal. Para o PSB, os processos democráticos poderiam ser realizados através de variadas formas de organização e luta. O Partido não excluía a ação direta, desde que esta representasse a opinião da maioria, resultado do livre debate e da livre exposição de opiniões.[75]

Segundo Miracy Gustin, o PSB tinha como uma das características principais de sua militância pelo socialismo democrático, além da supracitada ênfase nos processos democráticos, a pregação veemente da necessidade de uma mudança na mentalidade social e da própria militância de esquerda, avessa às discussões e, frequentemente, presa aos dogmatismos teóricos. Para a autora havia no PSB certa maneira radical, arrojada e sensata de abordar os problemas brasileiros à época.[76] Essa priorização da mudança da mentalidade social e valorização das ideias na prática política dos socialistas do PSB também são afirmadas por Alexandre Hecker. O autor defende a tese que, para os socialistas democráticos, a educação e a informação eram prioritárias na agenda do partido, na tentativa de transformar o Brasil.[77]

O partido tentou combinar os ideais liberais e socialistas numa síntese criativa. No plano histórico, essa síntese representava a amálgama das contribuições da Revolução Francesa e da Revolução Russa:

> *O Partido Socialista Brasileiro se propõe a lutar nos quadros da democracia burguesa, procurando liquidar, nela, as ameaças totalitárias e as escamoteações conservadoras. Sabe que a liberdade burguesa é em grande parte fictícia, mas que é um mínimo passível de ampliação por meio da luta diária, da doutrinação da atividade legal; um mínimo que importa preservar em nossos dias de depravação do sentimento de liberdade, para que, fiel ao nosso programa de*

---

[74] CARONE, Edgard. **O movimento operário no Brasil (1945-1964).** São Paulo: Difel, 1979, p. 17.
[75] **JOÃO Mangabeira na UnB:** conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília: Ed. UnB, 1982, p. 158.
[76] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida. **Semeando democracia:** a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem: Palesa, 1995, p. 53.
[77] HECKER, Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil:** nacionalismo e reformismo radical. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 47.

> *Socialismo e Liberdade, possamos atingir, com o fim da exploração do homem pelo homem.*[78]

O PSB, apesar de efetuar reivindicações dentro dos limites da ordem capitalista, reconheceu e afirmou que os problemas sociais e econômicos brasileiros somente seriam resolvidos com a execução integral de seu programa político.

Outro importante diferencial do PSB diz respeito à composição social e às classes sociais que o partido dizia representar. Contrariamente ao PCB, que afirmava ser o partido representante exclusivamente dos interesses da classe operária, o PSB se afirmava um partido pluriclassista que defendia os interesses de trabalhadores e, igualmente, os interesses da classe média. Em coerência com o conteúdo já presente no manifesto da Esquerda Democrática, o PSB deveria defender o "Povo". Para os socialistas, essa categoria era composta por todos aqueles que trabalhavam e sofriam no sistema capitalista:

> *Mas a Esquerda Democrática não é um partido de classe. É o partido do povo. Do povo, cuja imensa maioria se compõe do proletariado e da classe média, a mais numerosa e talvez a mais sofredora dentre todas. A proletarização da classe média é um fato que o Estado não pode desconhecer e sobre o qual lhe cabe providenciar.*[79]

Apesar dessa insistente pregação, o PSB, ao longo de sua história, não conseguiu arregimentar grandes contingentes da classe proletária, nem expressivos setores da classe média. Como vimos ao analisar a UDN, foram principalmente parcelas da classe média que se encantaram com esse partido. Já amplos setores da classe trabalhadora e uns poucos setores de classe média foram atraídos ou pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ou então pelo Partido Comunista do Brasil (PCB).

O PSB manteve a flexível concepção filosófico-ideológica herdada da Esquerda Democrática em seu programa. É interessante notar a intransigente defesa dessa característica partidária. Apesar de aceitar o legado de Karl Marx, o PSB, no plano político-filosófico, não se afirmava seguidor do marxismo e nem do materialismo dialético. Para um partido que

---

[78] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida, op. cit., p. 257.
[79] **JOÃO Mangabeira na UnB:** conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília: Ed. UnB, 1982, p. 157.

propugnava pela construção do socialismo, essa característica, no período, era bastante incomum:

> *Um partido socialista não-marxista. Eis a definição do Partido Socialista Brasileiro. Ele não é, porém, um partido antimarxista. Não. O Partido Socialista reconhece a seus membros o direito de possuírem a religião que quiserem e a filosofia que lhes parecer a melhor. Nunca será demais repetir que esse ponto é básico na organização do partido. Mas então o que une o Partido Socialista Brasileiro? Donde lhe vem a unidade ideológica que possui? Vem de seu programa e, neste, programa vem, acima de tudo, do princípio da socialização dos meios de produção por ele adotado. Nosso partido é socialista porque adota como base de seu programa o princípio da socialização dos meios de produção. Evidente que o princípio da socialização dos meios de produção pode ser adotado tanto por marxistas como por espiritualistas.*[80]

A organização do trabalho era um dos pontos essenciais do programa do PSB. Para o partido o trabalho era considerado direito e obrigação social de todo cidadão. O cidadão deveria prestar à sociedade o máximo de serviços dentro de suas possibilidades e das necessidades sociais, sem prejuízo de escolha da empresa e da área de ocupação. As diferenças entre trabalho manual e intelectual deveriam ser progressivamente eliminadas.[81]

Quanto às reinvindicações imediatas propostas pelo programa do PSB, essas deveriam obedecer às exigências e às possibilidades conjunturais. Entre elas se destacam: a nacionalização das terras não exploradas, ou de terras cuja exploração atual não atende ao interesse público; a nacionalização das fontes e empresas de energia, transportes e indústrias extrativas consideradas fundamentais; a concessão de crédito fácil e barato para os pequenos agricultores; o incentivo à organização de cooperativas, a concessão liberdade e autonomia dos sindicatos; a defesa e desenvolvimento da forma democrática de governo e garantia às liberdades e direitos fundamentais do homem; a defesa de um plano nacional de educação que suprimisse, gradativamente, o ensino privado com fins lucrativos, etc.[82]

---

[80] LIMA, Hermes. **Travessia:** memórias. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974, p. 198.
[81] CARONE, Edgard. **O movimento operário no Brasil (1945-1964).** São Paulo: Difel, 1979, p. 19.
[82] CARONE, Edgard, p. 20-23.

Segundo Barbosa Lima Sobrinho[83], o projeto socialista do PSB foi definido como Socialismo pragmático, pois esse se orientava pelo gradualismo e pelas circunstâncias políticas e sociais do contexto. Obedecendo aos processos democráticos, a efetiva execução de seu programa somente seria possível com o apoio e participação popular conduzindo integralmente o processo e ditando seus ritmos e soluções.[84]

Para Arnaldo Pedroso D'Horta o PSB, em termos de construção partidária, era o partido que melhor representava o modelo de partido de trabalhadores idealizado por Marx:

> *O tipo de partido de trabalhadores que Marx tinha em vista era precisamente o tipo de partido que o Partido Socialista pretende realizar – uma organização de profunda democracia interna, em que se caibam homens de todas as convicções filosóficas, ligados apenas a um programa comum de reforma social e que vão acertando suas divergências na prática da ação comum, as minorias submetendo-se às decisões das maiorias, estas respeitando as opiniões das minorias.*[85]

Os princípios supracitados representam as bases que orientaram a ação do partido e de seus militantes até o fim do período de vigência do pluripartidarismo (1945-1965). De acordo com o contexto político e social, o PSB modificou a sua atividade partidária conforme as exigências conjunturais, sem perder, contudo, uma relativa coerência em relação aos seus princípios fundadores.

Vejamos como decorreu a experiência política do PSB no período de 1947- 1965, analisando algumas de suas principais ações na política brasileira e buscando analisar, através dos embates e proposições partidárias, alguns aspectos do projeto de cidadania do PSB. Segundo Margarida Vieira, os militantes do PSB não utilizaram a expressão cidadania para designar suas propostas. Porém, o PSB travou importantes combates políticos em torno de questões que são essenciais, segundo a autora, para a emergência da cidadania no Brasil.[86] A questão nacional e a dimensão institucional desse projeto de cidadania foram aqui ressaltadas

---

[83] **JOÃO Mangabeira na UnB:** conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília: Ed. UnB, 1982, p. 51.
[84] **JOÃO,** op. cit., p. 51.
[85] VIEIRA, Margarida. Partido Socialista Brasileiro e o Marxismo (1947-1965). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **História do Marxismo no Brasil.** V. V. Partidos e organizações dos anos 20 a 60. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2002, p. 172.
[86] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida. **Semeando democracia:** a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem, MG: Palesa, 1995, p. 257.

por mostrarem duas características essências do PSB: a valorização da democracia e a afirmação de um projeto socialista diferenciado.

Em sua primeira fase, o partido não contava com grande solidez político-ideológica. Apesar da formação oficial do PSB, seus núcleos ainda mantinham as fidelidades ideológicas anteriores que orientavam suas ações em detrimento da nova unidade político partidária. Para garantir a unidade política do partido foi necessária a afirmação das figuras personalistas de Getúlio Vargas e Luís Carlos Prestes como inimigos externos, representados pelo termo "caudilhismo demagógico". Esses sujeitos históricos foram utilizados pelo PSB para denunciar a passividade da classe operária brasileira e como recurso simbólico para garantir a coesão do partido. Essa primeira fase do PSB foi chamada de fase dos "anti", pois nesse momento, para Miracy Gustin, se sabia o que combater mais não o que propor.[87]

Essa fase foi superada com a análise dos problemas brasileiros oriundos dos constrangimentos estruturais e conjunturais, especialmente após o início da campanha do Petróleo. Após 1948, nas convenções estaduais, já ficavam claras as posições dos socialistas em relação aos problemas econômicos e sociais do país e às situações políticas internacional, nacional e regional. O discurso partidário se torna mais ideológico, com menor enfoque nas características personalistas dos adversários.

A valorização de um sistema político constitucional, característica marcante da trajetória política do PSB em todo o período, foi enfatizada de forma veemente nesse momento. Em 1948, quando os conflitos entre os grupos conservadores e o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, se exacerbam, o núcleo paulista do PSB não prestou apoio a nenhum dos lados. Segundo sua posição, o partido não apoiava nenhuma intervenção na política do Estado que não estivesse de acordo com os princípios constitucionais. O Partido definia sua posição como antigolpista e antioportunista.[88]

Outro episódio importante que atesta o valor do constitucionalismo para o PSB foi a votação do ato institucional que, nos anos 60, criava o parlamentarismo objetivando garantir a posse de João Goulart. Respaldados por um parecer de João Mangabeira, a bancada do PSB no congresso foi contrária à adoção do parlamentarismo e denunciou essa manobra como

[87] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida, op. cit., p. 49.
[88] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida. **Semeando democracia:** a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem, MG: Palesa, 1995, p. 258-259.

golpe branco, por não ser um preceito constitucional.[89] Durante todo período estudado o PSB teve atuação destacada na defesa da constituição. Os parlamentares do PSB buscaram regulamentar itens constitucionais não aplicados, combater as leis de exceção, ampliar e garantir as liberdades civis e políticas.

Na concepção político-ideológica dos socialistas do PSB os partidos políticos e o Parlamento tinham suma importância. Para eles, a desmoralização dessas duas instituições enfraqueceria a construção democrática. Segundo João Mangabeira: *"O poder legislativo é o único que encarna realmente a liberdade. Os outros podem viver sem ela. O poder legislativo, não."*[90] Os deputados prestavam contas de sua ações para o Partido, fazendo consultas e palestras. Quando isso não acontecia, as bases reagiam com veemência. Um momento interessante de vivência democrática do partido ocorreu quando João Mangabeira propôs no Parlamento um projeto de Lei Sindical que não havia sido posto em discussão no partido. Após a reprovação das bases a essa atitude, o projeto voltou para discussão partidária e só foi considerado concluído depois de longas deliberações nas assembleias do partido.

A valorização do Parlamento como instituição chave para a prática democrática também é corroborada pela importância que o PSB dava à figura do vereador nas casas legislativas municipais. Na concepção do PSB, o município era essencial como espaço inicial da experiência socialista democrática, onde o vereador teria o papel de fiscalizar a vida pública municipal e propor medidas de interesse da população que não entrassem em conflito com os princípios constitucionais.[91] Importante ressaltar que a valorização do Parlamento na vivência democrática não significou que os socialistas do PSB defendessem o Parlamentarismo como sistema de Governo. Inclusive, para Margarida Vieira, a discussão da questão sobre sistemas de governo não ocupou grande espaço da agenda do PSB no período estudado.[92]

O PSB não defendeu apenas os processos democráticos e suas instituições no Parlamento. Também no âmbito interno o partido conseguiu construir uma profícua experiência democrática. Interessante notar que essa experiência não se restringiu apenas aos

---

[89] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida, op. cit., p. 271.
[90] Ibidem, p. 267.
[91] Idem, p. 268.
[92] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida. **Semeando democracia:** a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem, MG: Palesa, 1995, p. 271.

núcleos onde a influência do liberalismo era maior. Onde a concentração de militantes marxistas assumidos, como em São Paulo, era maior, a valorização das liberdades democráticas estava presente. Fúlvio Abramo, ex-militante do PSB, assim descreveu a organização interna do partido:

> *Tinhamos*[93] *dois tipos de grupo, de base profissional e de base territorial. O grupo de base territorial era a reunião dos elementos do Partido de determinada região da cidade que ali residiam ou trabalhavam. Aquele de base profissional era a reunião de adeptos do Partido de determinada categoria profissional ou de determinado local de trabalho. Esses grupos funcionavam com plena liberdade de discussão; as pessoas porque tinham determinado cargo no partido ou fora dele não eram consideradas mais importantes que as demais do grupo. Este tipo de democracia, eu devo confessar, teve vigência perfeita em todo o Partido, durante toda a sua vida. As eleições, não só dos dirigentes da comissão nacional, mas de todos os órgãos, desde os grupos de base, faziam-se por delegação direta, ou seja, não se elegia conforme alguns partidos, onde os cargos são distribuídos [sic] entre os grupos de poder.*[94]

Os núcleos de base do Partido eram marcados pelo intenso debate político e pela distribuição de tarefas da militância partidária. Sua estrutura democrática era fundada na atuação constante de seus núcleos de base, organizados segundo critério geográfico ou profissional. Esses núcleos de base eram cruciais para que o PSB realizasse seu projeto de partido democrático. Eram eles que constituíam as unidades básicas de organização e de onde deveriam ser difundidas as deliberações, antes amplamente discutidas em assembleias, que formaram as linhas da política partidária. As atividades dos núcleos de base não ocorriam apenas em períodos eleitorais. O maior interesse dos militantes do partido era na educação política e não no desenvolvimento de táticas eleitorais. Os núcleos do PSB, especialmente em São Paulo, eram espaços onde havia grande número de palestras e cursos para a formação da militância:

> *Em abril de 48, por exemplo, realizava-se na sede do Partido em São Paulo, todos os sábados, de 14 às 17 horas, um curso de formação política com professores de grande competência: Economia Política (Prof. Eduardo Alcântara),*

[93] Conforme Redação Original do Autor
[94] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida, op. cit., p. 173.

Sociologia (Prof. Antônio Cândido) e História das Idéias[95] *Socialistas (Febus Gikovate).*[96]

A democracia interna do PSB também era assegurada pelas formas de relação existentes entre os órgãos constitutivos do partido. Além das ligações verticais entre a cúpula e as bases também existiam ligações horizontais entre os núcleos regionais. Prova da existência dessa relação era a realização frequente de convenções municipais e nacionais, que mantinham os núcleos integrados nas discussões sobre os problemas nacionais e os debates doutrinários. Essa forma organizativa do Partido influenciou a própria concepção de representante parlamentar contida no PSB que, ao invés de representar os grupos do interior do partido, tornaram-se porta-vozes das deliberações ocorridas durante as convenções nacionais.[97]

Porém, a vivência democrática dos núcleos de base do PSB não estava isenta de problemas e dificuldades. Segundo Margarida Vieira, a principal dificuldade do PSB era a mesma enfrentada por outras instituições democráticas: não bastavam regras e práticas democráticas. A democracia exigia uma participação intensa e metódica.[98] O PSB, por ser um partido de menor expressão dentro do cenário político da época teve sua capacidade democrática limitada pela oscilação de participação de sua militância nas instâncias do partido. Havia também outros problemas. Vários ex-militantes do PSB questionavam a continuidade do grupo carioca, chefiado por João Mangabeira, na direção nacional do Partido. Também havia aqueles que criticavam um suposto democratismo dentro do partido, que limitava ações práticas, pois o PSB privilegia a discussão e a crítica em detrimento da prática.[99] Segundo Hermes Lima, havia também o perigo de formação de "pequenas aristocracias da verdade", ou seja, pequenos grupos ou até mesmo indivíduos que colocavam sua posição pessoal acima da deliberação partidária.[100]

Apesar dessas dificuldades, o PSB conseguiu, em alguns momentos, realmente ter uma vivência política amplamente democrática tendo em vista a conjuntura do Brasil de 1945-

---

[95] Conforme Redação Original do Autor
[96] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida. **Semeando democracia:** a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem, MG: Palesa, 1995, p. 267.
[97] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida, op., cit., p. 136.
[98] Ibidem, p. 265.
[99] Idem, p. 262.
[100] LIMA, Hermes. **Travessia:** memórias. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974, p. 196.

1965. Segundo Miracy Gustin a preservação da democracia interna não se restringiu às relações entre órgãos dirigentes, grupos de base e militantes. Havia o interesse de conhecer o grau de participação de seus membros e ampliá-lo, corrigir as deficiências organizatórias e corrigir as deficiências do partido. Para isso, eram realizadas pesquisas sobre diversos temas e assuntos importantes para o partido. Para Margarida Vieira, o PSB manteve realmente a preocupação de expressar na prática seu ideal de democracia que, além da defesa do constitucionalismo e do parlamento, pregava uma ampla vivência democrática interna ao partido e a utilização de métodos democráticos na condução da vida partidária:

> *A democracia é vista como um aprendizado, que passa pelo respeito à Constituição, pelo fortalecimento do sistema partidário e da representação política. O projeto e a prática de vida partidária democrática e dos mandatos exprime uma nova concepção da política, como atividade que se expande além do espaço eleitoral, mas que se liga a princípios éticos e se submete aos espaços da legalidade que se procura superar.*[101]

A dimensão nacional foi também um importante aspecto do chamado projeto socialista do PSB. Afinal, questões como as referentes à garantia da soberania política no contexto da guerra fria e em relação a organização da economia nacional, bem como qual deveria ser o papel do Estado no desenvolvimento econômico estavam na ordem do dia no período.

Os socialistas do PSB, num primeiro momento, inovaram na concepção da questão nacional e nas propostas, em relação aos projetos de cunho liberal, trabalhista e comunista estatal. Segundo Margarida Vieira, o projeto nacional do PSB oscilou entre uma visão democrático-revolucionária e uma visão economicista, próxima ao trabalhismo e ao comunismo estatal. Até os anos de 1950, a concepção democrático-revolucionária predominou. Após esse período, o projeto nacional-desenvolvimentista, hegemônico nas esquerdas do período, passou a guiar a ação de grande parte dos socialistas. Apesar disso, houve a resistência de alguns núcleos, como o de São Paulo que se manteve fiel à visão democrático-revolucionária.

O primeiro elemento diferenciador da visão democrática-revolucionária era o tratamento do nacionalismo como uma parte do processo de transformação socialista. Ele não seria a via de obtenção da igualdade social, mas somente uma defesa contra o imperialismo. O

[101] LIMA, Hermes, op. cit., p. 273.

segundo elemento era o tratamento da questão nacional dentro da questão democrática, o que significava a negação do nacionalismo autoritário e a afirmação do controle social da nacionalização e da estatização por representantes dos trabalhadores e do parlamento. O terceiro elemento seria uma visão não estatista do nacionalismo. A estatização não era a solução final dos problemas sociais e econômicos. O principal, para este projeto socialista, era garantir o controle social dos meios de produção e a democratização do Estado.[102]

O PSB foi um dos primeiros partidos a trabalhar a questão do monopólio do petróleo. A campanha "O Petróleo é Nosso" foi iniciada como reação do deputado federal Hermes Lima (PSB) contra o projeto[103] do presidente Dutra que definia a política em relação ao Petróleo.[104] Com ajuda da UNE, presidida por Roberto Gusmão (PSB) e dos militares foi criada o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo (CEDP). Interessante notar que o os militantes do PSB estavam preocupados com a possibilidade dessa campanha se transformar num *movimento demagógico, de conteúdo nacionalista- chauvinista.*[105]. A concepção do PSB nesse momento pregava a estatização do petróleo acompanhada da participação dos trabalhadores na gestão da empresa.

A partir do V congresso, em 1953, as posições de grandes parcelas dos socialistas do PSB passam a apoiar, ao menos implicitamente, o discurso nacional-desenvolvimentista. Isso é percebido pela repetida ausência dos elementos que distinguiam esse projeto do anterior, democrático-revolucionário. A conjuntura de radicalização ideológica do final dos anos 50 e início dos 60 nos ajuda a entender essa modificação no âmbito nacional do projeto do partido. O projeto democrático-revolucionário foi gradativamente abandonado por grande parte dos núcleos do PSB.[106]

Em resumo, o PSB, fundado em 1947, apresentava as seguintes características, que fizeram dele um partido peculiar na história dos partidos políticos no Brasil: era um partido de esquerda que defendeu uma concepção ampliada de trabalhador, incluindo as classes médias;

---

[102] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida. **Semeando democracia:** a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem, MG: Palesa, 1995, p. 282.
[103] O Estatuto do Petróleo enviado ao congresso por Dutra afirmava a utilidade pública do petróleo, mas considerava impossível a completa nacionalização, por falta de verbas, de técnicos especializados e de condições gerais. Eurico Gaspar Dutra in: ABREU, Alzira Alves de. (Org.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** CPDOC/FGV, 1984.
[104] GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida, op. cit., p. 167.
[105] Ibidem, p. 168.
[106] Idem, p. 282.

manteve uma concepção filosófico-ideológica flexível, que agregou influências de variadas matizes esquerdistas; inicialmente, defendeu uma visão democrático-revolucionária de nacionalismo, diferente do nacionalismo propalado pelo discurso nacional-desenvolvimentista e, principalmente, fez contundente defesa dos processos e espaços democráticos de vivência política, através dos discursos e das ações no período de 1947-1964.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monografia aqui apresentada teve o Partido Socialista Brasileiro (PSB) como objeto de estudo. O enfoque dado concerniu à sua fundação e às suas propostas de compatibilizar a construção do socialismo com a vivência plena da democracia política clássica.

A Esquerda Democrática, núcleo que posteriormente seria a base do PSB, foi formada através de grupos heterogêneos de militância socialista, especialmente os núcleos de São Paulo e do Rio de Janeiro. As principais concepções e divergências entre esses dois núcleos caracterizaram os embates internos do PSB. Entre os objetivos comuns que compatibilizaram as duas correntes podem ser citadas o "antigetulismo" e o "antiprestismo", além da negação das formas autoritárias e ditatoriais diversas e da recusa ao comunismo soviético. Houve também a união de grupos como a União Democrática Socialista e União Socialista Popular para a formação do posterior Partido Socialista Brasileiro.

Reafirmando as teses da progressiva socialização dos meios de produção e do fim da exploração do homem pelo homem, esses grupos referendaram a criação do novo partido, distinto das outras agremiações políticas à esquerda por realmente valorizar os processos democráticos e afirmar a importância dos direitos políticos e civis nas lutas sociais e na construção do socialismo. Durante todo o período compreendido entre 1947-1964 o PSB, em suas ações e discursos propugnou pela efetiva valorização da democracia política clássica,da legalidade constitucional e de suas instituições e da democracia partidária interna, buscando garantir e ampliar as liberdades civis e políticas e transformar o quadro de desigualdade existente no país.

Apesar de não ter sido um partido com expressiva representação político-social em termos de militantes e de votantes, o PSB lançou sementes na cultura política brasileira que germinaram mais tarde, vinculadas à outro processo de redemocratização. O Partido dos Trabalhadores (PT), em seus momentos iniciais, reassumiu várias das bandeiras como a reafirmação da cidadania e da democracia interna que foram anteriormente levantadas pelo velho Partido Socialista Brasileiro (PSB). Há uma tradição socialista democrática no Brasil que, apesar de historicamente menos expressiva, deveriam ser estudada para auxiliar na ampliação dos horizontes de possibilidades de questionamento às gritantes desigualdades sociais que marcam nossa sociedade.

Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CANDIDO, Antonio. Informe politico. In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa. (Org.). **Paulo Emílio:** um intelectual na linha de frente. São Paulo: Brasiliense; Rio de Janeiro: EMBRAFILME, 1986.

CARONE, Edgard. **A Terceira República (1937-1945).** São Paulo: Difel, 1976.

_____. **O movimento operário no Brasil (1945-1964).** São Paulo: Difel. 1979.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **PTB:** do getulismo ao reformismo (1945-1964). 2 ed. São Paulo: LTr, 2011.

Eurico Gaspar Dutra in: ABREU, Alzira Alves de. (Org.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. CPDOC/FGV, 1984.

União Socialista Popular – USP in: ABREU, Alzira Alves de. (Org.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. CPDOC/FGV, 1984.

União Democrática Socialista – UDS in: ABREU, Alzira Alves de. (Org.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. CPDOC/FGV, 1984.

GARCIA, Marco Aurélio. (Org.) **As esquerdas e a democracia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.

GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida. **Semeando democracia:** a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem, MG: Palesa, 1995.

HECKER, Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil:** nacionalismo e reformismo radical. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Socialismo sociável:** história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

JOÃO Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília: Ed. UnB, 1982.

LIMA, Hermes. **Travessia:** memórias. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974.

MANGABEIRA, Francisco. **João Mangabeira:** república e socialismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros.** 2 ed. Belo Horizonte: UFMG.1999.

VIEIRA, Margarida. Partido Socialista Brasileiro e o Marxismo (1947-1965). IN: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.) **História do Marxismo no Brasil.** v. V. Partidos e Organizações dos anos 20 a 60. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2002.